

TERRA DE ESPERANÇAS – O BRASIL NA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Jorge Fernandes Alves

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Os homens movem-se e essa mobilidade transforma-se por vezes em emigração, isto é, assume destinos além-fronteiras, configurando transferências maciças de população. Assim aconteceu no Portugal oitocentista, particularmente nas áreas mais densas, as terras do Norte e nas Ilhas dos Açores e Madeira, com destino primordial para o Brasil. Porque se emigra(va)?

A estruturação da economia mundial é apontada genericamente como o grande catalisador desta inter-relação entre países, ou melhor dizendo, da conjugação dos mercados de trabalho. Nos inícios do século XIX, os estados latino-americanos organizam-se como economias de exportação, baseadas em grandes plantações, e o apelo à imigração em massa por parte destes países surge como uma solução barata para ajustarem a mão-de-obra às conjunturas económicas, de tal forma evidente que alguns países não só legislam no sentido de favorecerem a imigração europeia (exemplo do Brasil), como chegam mesmo a integrar esta política como obrigação constitucional, como no conhecido caso da Argentina¹. A população europeia era solicitada conforme as necessidades, ora promovendo-se a partida de rurais, ora, mais tarde, a de trabalhadores com tradição artesanal ou fabril, habituados às novas rotinas de trabalho e com algumas competências técnicas, embora nem toda a oferta de

¹ Fazendo-se eco das doutrinas de J.B. Alberdi, para quem "governar era povoar", o artigo 25 da Constituição de 1853 diz: "O governo federal fomentará a imigração europeia..." Cf. Sánchez-Albornoz, Nicolás - *La población de América Latina desde los tempos precolombinos al año 2025*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p130.

trabalho obtivesse resposta por parte da procura, dada a precariedade do equilíbrio destes mercados.

A emigração, como estratégia reguladora destes mercados, tem consequências diversas: nos países de recepção, a imigração desvaloriza a mão de obra local, segregando-a e dispensando os custos sociais de uma formação mínima para o trabalho (seja a escola ou modelos de aprendizagem), gerando-se inevitavelmente alguma conflitualidade; pelo contrário, nos países de partida, a emigração era encarada como desfavorecendo as actividades económicas e incrementando as *passividades*, surgindo como uma "selecção às avessas", em que tendem a partir os válidos e a ficar velhos, crianças e mulheres².

No turbilhão racionalista do século XIX a explicação da emigração surge de forma contraditória e diversificada, na equação das causas e remédios, sendo pretexto para as mais diversas doutrinas, que não temos aqui condições para analisar. Das posições meramente mercantilistas, apostadas na retenção dos indivíduos para evitar o enfraquecimento da Nação e, naturalmente, a subida de salários, até às posições mais tardias das correntes afins do evolucionismo spenceriano, para quem a emigração era uma evidência do excesso da população e este era um sintoma de barbarismo e falta de sentido civilizacional, pois o progresso apontava para a diminuição da fecundidade, vai um mar de discursos e de representações sobre o fenómeno.

É que, apesar de a fuga de gentes se processar desde os tempos das descobertas, só agora, na turbulência do século XIX, ela se evidencia mais claramente como um fluxo preocupante, no qual alguns descortinam, para lá do tipo normal, uma nova emergência, a patológica, ou seja, a que deriva exclusivamente da miséria.

O fim da colonização e a independência do Brasil alteraram, de facto, as condições institucionais no movimento de portugueses para o Brasil, embora os trilhos das passagens

estivessem há muito sulcados e a transferência de pessoas não só tenha mantido as tendências anteriores como ganho incremento e novos matizes. Entre os dois espaços interpuseram-se novas realidades administrativas, derivadas dos conceitos de nação e de fronteira, a estabelecerem novas referências. Os antigos colonos tornaram-se emigrantes, reconhecendo-se nesta mutação o novo contexto de fragilidade individual que acompanha aquele que assume a responsabilidade individual de partir, se bem que a partida intensa de gentes do Norte de Portugal para o Brasil se fizesse, desde os inícios do século XVIII, fora da acção do governo, o qual, tirando casos específicos e já conhecidos, raramente desenvolvera acções específicas de povoamento.

Ora, para explicar a passagem continuada de indivíduos, que a independência do Brasil e as vicissitudes políticas condicionaram mas não anularam, torna-se conveniente utilizar o conceito de "rede", que se ajusta como uma luva a esta emigração nortenha para o Brasil, de natureza relativamente privilegiada, cujas configurações Alexandre Herculano reconhecia já no século passado (aliás retomando a fórmula comum na imprensa da época favorável às partidas):

"Por via de regra, o emigrante espontâneo, aquele que a miséria não atira cegamente, brutalmente, para fora da pátria, sabe o que quer, sabe como vai e para onde vai. Conta com o parente, com o amigo da família, com o protector que lhe hão-de dar as recomendações que leva. É pobre, porém não desvalido. Impõem-lhe os seus, ou impõe ele a si próprio anos e anos de laboriosidade, de sacrifícios, de abstenção; mas além desses anos, nos horizontes da vida ergue-se uma luz, uma esperança que o alumia e fortifica. Esta luz e esta esperança ensinam-lhe a norma do seu proceder, e o seu procedimento redundará, não direi em toda a espécie de proveitos, mas decerto em

² GARRIDO, C. de Sampayo - *Emigração Portuguesa- Relatório consular que serviu de base à conferência realizada, em 5 de Dezembro de 1919, na Câmara Portuguesa de Comércio de S. Paulo*. Lisboa: 1920, p7.

proveito económico dele e da terra que o viu nascer, e pela qual lhe vai redobrar o afecto o grande incentivo da ausência”³.

Mais do que acto individual, a emigração insere-se numa vasta trama de tensões, negociações e consensos ao nível de vários círculos de sociabilidade, em que avultavam a família e a comunidade local (a paróquia), consenso indispensável principalmente quando a corrente migratória era composta por jovens adolescentes (com a moda etária nos 13 ou 14 anos), como era o caso da emigração nortenha. Este quadro ajuda a estruturar uma cultura de emigração, que aposta na mobilização de afinidades para dar sequência à *arrumação* do emigrante na terra de chegada. Pode até dizer-se que, com o crescimento económico brasileiro, a crescente urbanização e as profundas alterações técnicas ao nível das comunicações (navegação, correios, telégrafo), se tornaram mais proveitosas as condições da emigração oitocentista do que as verificadas no período colonial, tornando-se então o Brasil "a nossa melhor colónia... depois que deixou de ser colónia nossa"⁴.

Por um lado, ampliou-se a "informação" sobre o Brasil, que antes repousava essencialmente nas relações comerciais, no corpo de marinheiros que assegurava as carreiras de veleiros, na palavra e exemplo dos retornados, os chamados "brasileiros", surgindo, no século XIX, um elemento informativo determinante - a imprensa. Os diários de maior circulação no Brasil da segunda metade do século XIX tinham em Portugal correspondentes, alguns não só em Lisboa mas também no Porto: se eram importantes as notícias político-sociais da Corte, não se podia esquecer que uma parte significativa dos leitores dos jornais brasileiros eram os comerciantes do Rio de Janeiro e outras praças comerciais, muitos deles originários do Porto, onde mantinham relações económicas, faziam investimentos e sobre cuja região queriam acompanhar as novidades. Posições simétricas se passam na imprensa

³ HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos II*. Lisboa: Presença, 1983, p.69 (org. de Jorge Custódio e José Manuel Garcia).

⁴ Herculano, Alexandre - ob. cit., p.69.

Alves, Jorge Fernandes - Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa. *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p.113-128.

portuguesa: basta ver, por exemplo, *O Comércio do Porto* em que uma primeira página por semana é dedicada ao Brasil, numa minúcia noticiaria que às vezes se prolonga para a segunda página e em que há sempre espaço para informação sobre os portugueses lá residentes. Pode mesmo falar-se de um triângulo jornalístico, que relaciona intimamente os três "Comércios" do Rio de Janeiro, Porto e Lisboa, com transcrições e colaborações mútuas. E a imprensa assumia esse papel mediador na aproximação luso-brasileira, como se vislumbra num editorial d' *O Comércio do Porto*.

*As relações mais íntimas e seguidas que existem entre estes dous povos são devidas ao jornalismo. Nesta honrosa missão, a iniciativa proveio do Brasil. Raro é o jornal daquele império que não tenha um correspondente em Portugal, e alguns até dous, um em Lisboa e outro no Porto. A imprensa periódica portuguesa conta já algumas das suas folhas diárias tendo correspondentes regulares do Rio por todas as malas. Entretanto, mesmo fora da acção do governo, que muito podia fazer neste sentido, cumpre à imprensa promover constantemente, por todos os modos ao seu alcance, que os dous povos que tanto interesses ligam, se conheçam e apreciem.*⁵

E surgem mesmo iniciativas jornalísticas específicas a tentar ocupar este mercado de leitores luso-brasileiros, de que o exemplo mais significativo é a *Correspondência de Portugal*, publicação que procurava a síntese noticiosa e pretendia circular em Portugal e no Brasil, objectivo que outras publicações diárias (por ex. *O Diário Mercantil*, com o subtítulo *Jornal diário político, literário, industrial e agrícola de Portugal e do Brasil*) ou periódicas (ex., entre tantas, *A América - Orgão ante os poderes públicos de Portugal dos interesses portugueses no Brasil e no Rio da Prata*, ou *A Ilustração - Revista quinzenária para Portugal e Brasil*) também ambicionaram⁶.

⁵ “Relações oficiais entre o Brasil e Portugal”, *O Comércio do Porto*, 27.7.1861.

⁶ Cf.. o trabalho sob nossa orientação, de CAVACO, Susana - *A América (1868-1871) - Um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*. Porto: Faculdade de Letras (dissertação de mestrado, 2000).

Por outro lado, a crescente monetarização da economia tornava os ganhos da emigração mais decisivos no microcosmo rural. Os camponeses do século passado, se obtiveram a propriedade plena dos seus campos através dos processos liberais de desamortização e de remissão de foros, viram-se constrangidos por um forte endividamento imposto pela exigência de investimentos domésticos para aquele efeito. Endividamento que se desenvolveu já no contexto de importantes alterações – nas práticas creditícias, com a substituição das tradicionais confrarias que emprestavam pequenas quantias a juros módicos e sem prazo (com dívidas que se arrastavam ao longo de gerações) pelas novas instituições de crédito de natureza bancária ou por especuladores particulares que ajustavam o juro à oferta local de moeda e faziam da hipoteca, segundo a nova legislação, a chave do crédito. Mas as crises agrícolas sucediam-se: primeiro as pragas da vinha, depois a concorrência ultramarina nos cereais e na carne de bovinos, à medida que se revolucionam os transportes e as condições de conservação (situação que eliminou a importante exportação nortenha de gado para os países do Norte, em especial a Inglaterra). Nestas conjunturas, só com uma sábia gestão se superava o limiar da sobrevivência nas casas agrícolas, roçando-se a indigência nas unidades mais pobres, com a ameaça hipotecária sempre a pairar, dada a baixa reprodutividade da produção agrícola face ao capital investido. Dessa gestão de uma agricultura virada essencialmente para a auto-suficiência, dada a escassez de mercado, emergia a necessidade de distribuir os diversos filhos para profissões exteriores à empresa agrícola e nesses destinos o mais provável era o da emigração para o Brasil, pois uma economia em crescimento, como era a brasileira, onde se radicavam familiares e conhecidos, sempre apresentava maiores expectativas de inserção positiva, surgindo o Brasil como uma verdadeira terra de esperanças.

Ensinar as primeiras letras aos rapazes destinados à partida, mandá-los tirocinar no comércio do Porto e outras cidades e vilas (Guimarães, Braga, Vila do Conde, Póvoa de Varzim) ou, em alternativa, ensinar-lhes um ofício tradicional vulgarmente ligado à

Alves, Jorge Fernandes - Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa. *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p.113-128.

construção - pedreiro, carpinteiro, estucador, marceneiro, etc.), eis preocupações genéricas nas famílias do Noroeste português, numa acção preparatória e selectiva da emigração. Preocupações desenvolvidas na esperança de uma melhor inserção do emigrante na sociedade brasileira e nos eventuais refluxos monetários que viessem, de algum modo, ajudar a família remanescente em Portugal. O retorno do emigrante com algum pecúlio que pudesse ser investido na exploração agrícola era a situação mais desejada, ainda que o acto de emigrar se configurasse frequentemente como um acto de conflitualidade intra-familiar, acto paternal decidido em tenra idade do emigrante (a moda etária fixava-se nos 13/14 anos no Porto oitocentista) que implicava uma selecção dos mais fortes e activos dos filhos para os "impor" para fora de casa. O Brasil era, então, o destino procurado de toda essa juventude, melhor será dizer o Rio de Janeiro e o seu comércio (e em menor escala outras cidades comerciais). Camilo Castelo Branco, sempre perspicaz na sua ironia, traduzia melhor que ninguém o sentido desses destinos familiares: "Em geral à grande fecundidade dos casais minhotos presidia a ideia de gerar rapazes para a rua da Quitanda como outrora no tálamo dos lavradores abastados se pensava muito em fazer frades beneditinos".

A fuga ao serviço militar desempenhava um papel crucial nestas práticas migratórias: dadas as condições de grande desigualdade na obrigação de prestar recruta (que durava cerca de seis anos), e que, até aos anos 80, podia ser contornada por apresentação de substituto ou pagamento para remissão da obrigação, legitimava socialmente as famílias mais pobres a enviarem cedo os filhos para o Brasil, antes da prestação das primeiras garantias do seu cumprimento (a fiança), antecipando-se cada vez mais a partida à medida que a lei baixava a idade para a obrigação dessas garantias. A emigração de jovens era, em termos estatísticos, dominante, se bem que o Brasil fosse procurado por muitos adultos com família que partiam na esperança de em poucos anos acumularem poupanças que permitissem investir na terra (libertarem-se da hipoteca, alargar o espaço fundiário ou construir habitação, de forma a

viabilizar a exploração, montar pequenos negócios no comércio de retalho ou na indústria), adultos que desenvolvem uma emigração de vai-e-vem, deixando a família que se amplia à medida das suas vindas a Portugal, praticando ciclos migratórios de poucos anos (geralmente três ou quatro), reemigrando de forma irregular, à medida das necessidades familiares.

O destino brasileiro tornou-se, assim, hegemónico na mobilidade transatlântica dos portugueses do século XIX, com uma tendência crescente, logo após a independência: durante muito tempo centrado essencialmente no Norte Litoral, com vários milhares de emigrantes a saírem anualmente, o volume anual da emigração sobe gradualmente para as várias dezenas de milhar, para quase chegar ao patamar da centena de milhar por ano nos inícios da segunda década do século XX. Para esta transformação quantitativa não bastavam já as práticas de reprodução familiar típicas do campesinato do Noroeste, o qual via no Brasil uma boa colocação para a mão-de-obra familiar que excedia as necessidades na unidade agrícola ou para os comerciantes que enviavam filhos e caixeiros ao cuidado de correspondentes: desde os primeiros tempos da independência, particularmente depois de 1830, quando das primeiras ameaças ao tráfico negreiro, que o Brasil procurava europeizar a sua mão-de-obra e, a partir de iniciativas particulares numa primeira fase e do Estado depois dos anos 50, promovia uma atracção de imigrantes europeus, sob a figura contratual de locação de serviços. Desenvolve-se, assim, uma corrente migratória de novo tipo, destinada à agricultura das grandes plantações e às grandes obras públicas, que se desenvolve paralelamente ao fluxo tradicional virado para o comércio e ofícios.

Esta política de "engajamento" de colonos, desenvolvida tanto por particulares como por agências criadas para o efeito sob os auspícios do governo brasileiro procura atrair essencialmente jovens rurais ou casais com encargos familiares, de origem europeia, que se fixassem no interior e não cedessem à tentação de abandonar as situações contratuais e fugirem para as cidades. Se a principal direcção de recrutamento deste tipo de imigrantes se

centrou nos Açores, para onde desde cedo se dirigiam veleiros em reciclagem do tráfico negreiro, também depressa chegaram ao Norte de Portugal, bem como a outros países europeus. As condições leoninas subjacentes a estes contratos, nomeadamente os adiantamentos de dinheiro ainda antes da partida que criavam dívidas com o objectivo de prender definitivamente os colonos ao fazendeiro, levantaram grandes clamores nos países de emigração (nomeadamente a Alemanha, mas também Portugal), pelo que serão substituídas a partir dos anos 70 do século passado por políticas mais abertas e flexíveis de atracção de mão-de-obra imigrante, através de viagens pagas e de estímulos à fixação como encargos do governo brasileiro, contexto que favoreceu a grande vaga de emigração massiva que se desenrolou entre 1880-1914, essencialmente com origem nos países mediterrânicos, mobilizador das camadas rurais mais empobrecidas. É, por esta altura, que a emigração portuguesa, incapaz de fornecer a mão-de-obra camponesa suficiente para a economia do café, se sente ameaçada no seu relativo controlo do mercado de trabalho brasileiro, com a ameaça de predomínio de outras nacionalidades (particularmente a italiana). O Estado brasileiro toma então iniciativas ou legítimas acções particulares para a promoção de uma imigração que pretende orientar e controlar nos destinos geográficos e profissionais.

Durante o século XIX verificaram-se, assim, em paralelo dois destinos da nossa emigração para o Brasil, social e economicamente distintos. Um de forte enraizamento tradicional, ligado ao ascendente conotado com a língua, com laços de família e de vizinhança e ao facto de os portugueses dominarem na realidade certos sectores do mercado de trabalho, como era o caso tanto do grande comércio de origem colonial como do pequeno comércio de retalho e manterem ainda posições importantes na construção civil, na organização bancária e seguradora, nos transportes, situação que leva à fixação urbana dos portugueses que para ali se dirigiam e/ou eram atraídos por compatriotas que lhes ofereciam trabalho e neles recrutavam os futuros sócios ou continuadores dos seus investimentos, como

forma de garantirem as verbas convenientes por altura da retirada dos negócios, neles seleccionando muitas vezes os genros para casar as suas filhas. Diverso era, porém, o destino dos trabalhadores angariados para os trabalhos das fazendas rurais, que evoluíam num mercado de trabalho desqualificado, numa relação salarial de baixo nível, conotado durante séculos com a tradição do trabalho escravo, que agora substituíam, enfeudados longamente à fazenda para que tinham sido contratados. É certo que muitos acabavam por desembocar nas cidades, quando não fugiam aos contratos logo na altura do desembarque, mas isto acontecia numa situação de desprotecção, quando não de marginalidade, de caso policial mesmo, e o destino profissional, sem o apoio da tradicional "arrumação" dos instalados, raramente poderia passar dos níveis inferiores da escala social.

Conforme a focalização, assim divergem as representações sobre a situação migrante no destino brasileiro. É sabido que o campo representacional é, desde logo, decisivo no contexto que induz à partida as massas populacionais e a atracção brasileira sobre os portugueses constitui um dos melhores exemplos deste tipo de problemática. Longe de uma reflexão metódica ou de elaborados cálculos, as razões que pesaram na manutenção de uma sistemática emigração para o Brasil derivavam de intuições sustentadas por uma longa história de emigração, onde o calor da imaginação efabulava riquezas, a que o retorno de "brasileiros" endinheirados dava consistência, mas havia também a percepção da existência de um mundo aberto aos valores do individualismo que propiciava a construção de uma modernidade social, que, pelo século XIX, ganhava contornos emulativos em relação aos Estados Unidos, e que significava a libertação para o emigrante de um mundo ainda pautado por fortes constrangimentos marcados pela reprodução social, onde a mobilidade social não tinha lugar. Convites ou desafios de parentes e amigos eram o fio condutor que ajudava a operacionalizar a partida, numa prática que autores da época consideravam como uma "*rotina colectiva que leva os povos a preferirem, nos seus actos, sempre os atalhos batidos*", incapaz

de sustentar-se por qualquer campanha dissuasora ou por quaisquer meios repressivos (L. Flores). Mas tratava-se também de algo mais, da existência de uma verdadeira malha de interesses que ajudava a sustentar as posições portuguesas no Brasil, num quadro em que se torna visível o conceito de rede ou de cadeia migratória, desenvolvida ao longo de gerações, como suporte das estratégias familiares que produziam uma emigração em massa, particularmente de jovens ainda sem capacidade de afirmação pessoal, diluindo-se depois tais contornos com a atracção massiva de outras correntes mediterrânicas ao Brasil e o desenvolvimento económico e social de outras regiões, para lá do tradicional Rio de Janeiro.

Mas durante muito tempo foi possível falar-se de uma emigração de certo modo privilegiada, destinada a segmentos importantes do mercado de trabalho brasileiro, ligados à actividade comercial em geral, à qual se veio juntar uma emigração de trabalhadores intelectuais, que viam no Brasil oportunidades de trabalho que em Portugal não encontravam ou que razões políticas aconselhavam a partir. Numa outra linha, podia no entanto falar-se de uma margem substancial para uma emigração de iludidos (para já não falarmos das decepções que muitos "recomendados" tinham à chegada com as recepções dos seus patrícios), por parte daqueles que, pelo comum dos sentidos, viam também no Brasil um horizonte económico mas que partiam sem qualificações e desprotegidos, manietados pelos contratos de locação de serviços ou por iniciativa própria, sem quaisquer apoios com vista à eventual arrumação comercial, pois eram particularmente atraídos por "engajadores" ligados às agências de imigração brasileiras ou das companhias de transporte subsidiadas. Assim, a investigação que se debruce sobre relatórios oficiais e fontes de origem policial tem informação abundante para construir quadros históricos de desolação e dramatismo, com feridas de vários tipos onde cabem a dependência, a marginalidade, o sofrimento pessoal, a miséria. Enfim, representações que correspondem a realidades e percursos distintos, embora haja a tendência, acrescida nos tempos do romantismo oitocentista, para conectar a emigração

com situações dramáticas pelo que ela implica de separação de indivíduos e famílias e de incapacidade nacional para absorver o potencial demográfico próprio. Daí que nos discursos intelectuais a emigração tenha sido apresentada, ao longo dos dois últimos séculos, como uma das melhores expressões da patologia social da nação portuguesa, embora em países como a França se lamentasse não existir o potencial migratório de outros.

Sendo, porém, a emigração um processo de relação entre dois pólos, é necessário reconhecer que se desenvolve aqui um jogo de mal-entendidos. Os portugueses queriam enviar emigrantes jovens, com alguma qualificação e alguma protecção, que pudessem fazer carreira comercial ou nos ofícios, integrando-se na vasta colónia portuguesa que no Brasil dominava grande parte das actividades comerciais, colónia que constituía a rede apelativa e dava “arrumação” a muitos recém-chegados. O Brasil combatia este tipo de emigração através de uma ironia pesada, de amotinações populares, de campanhas de imprensa, de ataques pessoais e sobretudo de ameaças de restrição legislativa (por exemplo, sucessivos projectos de “nacionalização” do pequeno comércio e da pesca, de imposição de quotas de caixeiros brasileiros, de fiscalidade ou condições técnicas de funcionamento mais elevadas para o tipo de empresas desenvolvidas por portugueses).

Por sua vez, o Brasil armava uma outra rede de imigração no sentido de recrutar apenas jovens robustos, dotados de força braçal, sem qualificações, que “nunca tivessem estado em vilas ou cidades” para, uma vez no Brasil, não terem tentações de fuga para os meios urbanos, pois o objectivo era embaratecer ou substituir a mão-de-obra das plantações, perante o declínio da escravatura. É uma rede de transportadores e de engajadores com ligações estreitas aos fazendeiros que se começa a formar espontaneamente logo nos anos 30, animada por antigos transportadores de escravos, que se viam manietados pela vigilância e pirataria da frota inglesa, e que preferiam apostar neste novo mercado de mão-de-obra europeia, imenso e não controlado, aproveitando o expediente legal já existente dos contratos de locação de

serviços. As ilhas dos Açores e Madeira foram os grandes fornecedores desta nova emigração, mas o engajamento estendeu-se igualmente ao Continente, despertando para a emigração, através de adiantamentos e propaganda, zonas geográficas antes adormecidas e grupos sociais impedidos de custear a sua própria emigração.

A animação paralela destas duas redes gerava, ao nível popular, uma série de equívocos e frustrações, em que o voluntarismo da ida se transformava em tormentos de viagem e/ou numa verdadeira condenação profissional, originando fortes polémicas. Com o decorrer do tempo, o próprio Estado brasileiro vai legalizar e regulamentar estas redes, nomeadamente com a institucionalização da Agência Central de Colonização e outros organismos afins. Com a denúncia dos escândalos desta “escravatura branca”, em que os plantadores esqueciam ou iludiam os contratos, e a oposição por parte de alguns países emissores (caso da Alemanha, que proíbe esta contratação), o Brasil evoluirá nos finais do século para outras formas de incentivo à emigração, mais consentânea com os novos tempos (gratuidade das viagens, subsídios ao estabelecimento de famílias, etc.)

Da situação de partida e das condições de integração na sociedade de recepção dependem projectos e realidades no que se refere ao retorno, que verificados em jovens sem encargos familiares são naturalmente muito vagos e frequentemente reelaborados no decorrer do percurso pessoal e das suas vicissitudes. Por isso se lamentava, no século passado, a dispersão do português, o seu carácter aventureiro que o aproximava de outras raças ou nacionalidades e o levava a casar e estabelecer-se em paragens longínquas, criando laços através da organização de uma nova família de que se torna o responsável e do investimento em propriedades que o ligam em definitivo à terra de adopção. Mas o mesmo se poderá dizer quando os emigrantes vão em família ou procedem posteriormente ao seu reagrupamento, esquecendo a terra de origem, guardando dela mágoas e ressentimentos. Em termos probabilísticos, seria mais positivo para um país de emigração que os seus emigrantes fossem

casados, deixassem a família na terra, para qual enviariam mesadas e tenderiam a reunir-se-lhe ao fim de algum tempo de aforro. Do ponto de vista estritamente político, quando se é incapaz de aproveitar a emigração como uma "força civilisadora", na expressão de Eça de Queirós, isto é, fazer dela um instrumento útil à expansão comercial, que o mesmo é dizer cultural, prevalece o interesse de mais curto alcance: ir buscar algum dinheiro para contribuir para a balança de pagamentos, negligenciando-se a qualidade da emigração, o seu papel de agente cultural e o direito dos indivíduos à mobilidade geográfica e social numa sociedade liberal. Ora essa posição de incapacidade de controlar quantitativamente a emigração e de favorecer os seus reflexos monetários prevaleceu longamente na legislação que, ao longo do século XIX e XX, foi produzida para a policiar e enquadrar.

Mas não há arrumações definitivas no equacionar dos problemas da emigração. Contra todas as expectativas muitos emigrantes casados não voltaram, pelos motivos mais diversos, também por cá se conhecendo as "viúvas de vivos" cantadas por Rosália de Castro na Galiza. E muitos que partiram jovens regressaram, uns ao fim de pouco tempo, outros só ao cabo de algumas décadas, já entrados na idade. Uns com exíguas poupanças, abrasileiraram apenas os seus hábitos, outros com economias relativamente significativas, de forma a ganharem a iniciativa económica e social no retorno, verdadeiramente "brasileiros" na expressão popular. No total terão prevalecido níveis de retorno que apontam para os 40-50% relativamente às partidas.

Para muitos, o sucesso na emigração terá sido a integração plena na sociedade de adopção, esquecendo o retorno, enquadrando-se no mercado de trabalho, ascendendo a situações de direcção ou de patronato nas actividades económicas, investindo no imobiliário ou em terras, criando família, participando na vida colectiva e em actividades públicas, vendo a segunda geração a ganhar espaço social no Brasil. Vamos encontrá-los em todos os estratos sociais, nunca faltando nas elites. Se isto era verdade por 1850, continuava a sê-lo por 1930,

tal como se dizia num artigo do *Diário Português*, do Rio de Janeiro (15.7.1933), na toada destes tempos, preocupada com a afirmação da raça, reagindo a afirmações de Salazar sobre a subalternização dos portugueses no Brasil: (...) "nós possuímos no Brasil as nossas 'elites'. Engenheiros, médicos, advogados, professores, jornalistas, homens de letras, industriais, banqueiros, artistas em todos os campos estéticos, comerciantes de espírito progressivo, segundo a orientação moderna do espírito de comerciar, Portugal tem deles em todo o Brasil um grupo numeroso e brilhante, que honra o nome da Pátria".

A importância quantitativa de retorno e as suas configurações qualitativas impedem-nos, assim, de seguirmos os estereótipos interpretativos do passado que procuravam reduzir o retorno e outros reflexos a quase nada e as partidas a quase tudo, isto é, a dramatizar política e ideologicamente a emigração, numa leitura de decadência nacional que recupera as imagens organicistas dos tempos mercantilistas, em que a saída de gentes é vista como a sangria que esvai a nação, urgindo contê-la e direccioná-la. Para nós, a figura do "brasileiro", enquanto emigrante de retorno, também não pode reduzir-se à caricatura literária que nos ficou dos textos de Camilo Castelo Branco, um labrego do Minho caldeado em adereços tropicalistas e montes de libras. Sendo o retorno quantitativamente significativo é preciso reconhecer uma grande diversidade de situações, quer nas situações concretas que produziram o retorno, quer no espaço para onde o ex-emigrante volta ou ainda no tempo em que tal se verifica. E tudo ligado naturalmente às condições originais da partida para o Brasil e da recepção ali observada.

Estadias de curta duração (em torno dos três ou quatro anos) correspondem à maioria dos retornos, pelo que em termos económicos só podiam traduzir-se em pequenas verbas de aforro, ainda que determinantes para a afirmação pessoal na compra, investimentos ou desoneração de dívidas em pequenas unidades agrícolas, estabelecimentos comerciais ou oficinas. Mas estadias de uma ou duas dezenas de anos no Brasil devolviam-nos "brasileiros"

em plena idade activa, em torno dos trinta anos, com uma formação profissional derivada de uma inserção profissional precoce (em volta dos 12/13 anos), que cortou cedo com o horizonte paroquial e com o amparo paterno e favoreceu a formação de adultos em contacto com negócios e práticas comerciais, adquirindo cultura profissional alargada e o desenvolvimento de qualidades assertivas à custa de esforço individual e do contacto com outros povos e hábitos que uma terra de imigração propiciava.

Uma vez reinstalados em Portugal, vamos encontrar "brasileiros" em tudo o que é actividade económica. Retornam uns à lavoura, reorganizando explorações agrícolas, dilatando-as ou arredondando-as por aquisição de parcelas próximas, construindo ou recompondo habitações de tipo mais salubre e mais amplas, valorizando a iluminação interior através de forte implantação de vidro, explorando e canalizando águas, multiplicando jardins domésticos, isto é, mais capazes de aplicar e difundir as novas técnicas de construção de acordo com as preocupações higienistas do seu tempo, mais do que difundir estilos em torno dos quais se criou também um estereótipo traduzido na obsessiva referência à "casa do brasileiro", quando na realidade o "brasileiro" faz construir casas com novas funcionalidades e, normalmente, deixa os pormenores arquitectónicos a construtores e desenhadores locais, salvo um outro elemento simbólico a mostrar o seu apego ao Brasil. Casas novas que utilizam traças e materiais da industrialização nascente (vidro, ferro, figuras alegóricas ou zoológicas a encimarem terminações e vindas das linhas de produção das fábricas de cerâmica do Porto e Vila Nova de Gaia) e que ficam na tradição local como "casas de brasileiros" essencialmente porque são estes que apresentam disponibilidades financeiras para tal e só raramente por razões estéticas. Nesta perspectiva ajudam a dar novas configurações ao urbanismo das vilas minhotas oitocentistas então promovidas a sedes de concelho (Fafe, Famalicão, S. Tirso, Póvoa de Varzim são exemplos, a par de determinadas urbanizações do Porto). Por iniciativa própria ou por pressão da opinião pública alguns avançam para iniciativas industriais, com o

objectivo mais de criar trabalho do que de obter lucros, pois são solicitados publicamente para criarem fábricas: vários estabelecimentos industriais de lanifícios, de algodão, de serração de madeiras, de lacticínios do Norte de Portugal devem-se à iniciativa de brasileiros, por investimento pessoal ou societário, o mesmo acontecendo em algumas iniciativas mineiras. Para efeitos lucrativos, sabem, como toda a gente da época, que em Portugal se devem comprar títulos de dívida pública, mais seguros pela rentabilidade regular do juro, ou avançar para a criação de bancos ou seguradoras sob a forma de sociedades anónimas, não se podendo ainda esquecer o seu papel no "boom" de criação destas empresas financeiras na segunda metade do século XIX. Vindos do Brasil, com alguns a viajar pela Europa, acreditam também no crescimento das empresas de transporte, assumindo papel determinante na criação de transportes urbanos sob a forma de "carros americanos" (depois eléctricos) em Lisboa, no Porto ou Coimbra, em algumas linhas ferroviárias, comprando acções ou administrando empresas criadas para o efeito (exemplo da linha Porto - Póvoa de Varzim), apresentando ainda visibilidade em sociedades de navegação (na fase dos veleiros, com tentativas também na navegação a vapor). Hotéis, estalagens, casas de comércio constituem iniciativas mais isoladas e por isso mais numerosas.

Torna-se, assim, impossível negligenciar o papel de iniciativa económica dos "brasileiros" da emigração, embora só estudos de micro-análise o revelem, por identificação pessoal de ex-emigrantes, pois esta situação não se traduz num qualquer estatuto que o diferencie dos restantes na burocracia oficial, salvo a nobilitação de uns tantos que o governo português promoveu para criar mais uma fonte de rendimento - os direitos de mercê - e estimular a beneficência (doações para asilos, hospitais, misericórdias, confrarias), apesar de esta se desenvolver por si mesma, no âmbito das práticas de religiosidade tradicionais ou do espírito laicista (a criação de escolas). Escolas e imprensa (nacional e, sobretudo, local) são objectos de particular atenção dos "brasileiros" que sabiam, como ninguém mais, a

Alves, Jorge Fernandes - Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa. *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p.113-128.

importância pessoal do capital humano, afinal a única riqueza que podiam levar consigo para o Brasil e que constituía a plataforma de base para vir a alcançar o sucesso na vida profissional. Por isso promoveram e contribuíram monetariamente para a criação de escolas, quer no Brasil através das associações de portugueses, quer em Portugal, cujo parque escolar muito ficou a dever aos emigrantes de retorno, particularmente através da construção dos edifícios e, mais tarde, do estabelecimento de cantinas escolares. Mas bastaria uma só expressão - "remessas monetárias" - que, sob a forma de mesadas à família ou de verbas de retirada, equilibraram sucessivamente a nossa balança de pagamentos, para dar visibilidade e um sentido colectivo insubstituível ao esforço individual dos emigrantes.

Quando se perspectiva historicamente a emigração, se dos movimentos gerais se descer aos protagonistas e tentarmos apreender as representações e acções do lado do emigrante, temos de reconhecer que a emigração em si não se pode equacionar de uma forma linear como um mal para a Nação, considerando esta como um agregado de indivíduos unidos por uma identidade colectiva. Superando os obstáculos administrativos criados pelos mecanismos legislativos e policiais, respondendo ao instinto individual de afirmação, ainda que enquadrada por constrangimentos de ordem social e económica e por estratégias de reprodução social de natureza familiar, a emigração é na verdade uma "exportação de trabalho e de inteligência", como dizia Mendes Leal em 1868 (*in A América*). Mas, para este autor, tal não significava perda, mas sim "deslocação de forças, pois que estas forças quanto mais acham favorável o terreno mais depressa se convertem em capital que activa a indústria e a riqueza comum", reconhecendo assim o papel crucial que os "brasileiros", como emigrantes do Brasil, tiveram na sociedade portuguesa dos últimos dois séculos.

Bibliografia básica:

- Alves, Jorge Fernandes - Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa. *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*. Cascais: Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p.113-128.
- ALVES, Jorge Fernandes - Ler, escrever e contar na emigração Oitocentista. *Revista da História das Ideias*, 20, 1999, p.289-313.
- ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: edição de autor, 1994.
- ALVES, Jorge Fernandes (coord.) - *Os Brasileiros da Emigração*. V. N. de Famalicão: Museu Bernardino Machado - Câmara Municipal, 1999.
- ALVES, Jorge Fernandes - Variações sobre o "brasileiro" - Tensões na emigração e no retorno do Brasil. *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIII (1999), p.190-222.
- Anónimo - "Relações oficiais entre o Brasil e Portugal", *O Comércio do Porto*, 27.7.1861.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Emigração Portuguesa - suas origens e distribuição*. Lisboa: ICLP, 1983.
- CAVACO, Susana - *A América (1868-1871) - Um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*. Porto: Faculdade de Letras, dissertação de mestrado, 2000.
- FLORES, L. L. - *Estado do Rio Grande do Sul*. Lisboa: A. M. Pereira, 1898.
- HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos II*. Lisboa: Presença, 1983, p.69 (org. de Jorge Custódio e José Manuel Garcia).
- LEITE, Joaquim Costa - *Portugal and Emigration, 1855-1914*. Columbia University, PH. D. Dissertation, 1993.
- PEREIRA, Miriam Halpern - *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- QUEIRÓS, Eça de - *A emigração como força civilizadora*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1979.
- SERRÃO, Joel - *A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da - *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.